



**MUNICÍPIO DE PROMISSÃO - SP**  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**RELATORIO DE GESTÃO FISCAL**  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE DE 2016**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

|   | DESPESAS EXECUTADAS<br>(Últimos 12 Meses) |   |
|---|---|---|
|   | LÍQUIDADAS                                | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   | (a)                                       | (b)   |
| Pessoal Ativo   | 1.629.176,82                              |   |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  |   |   |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 369.341,16                                |   |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   |   |   |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  |   |   |
| Decorrentes de Decisão Judicial   |   |   |
| Despesas de Exercícios Anteriores   |   |   |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   |   |   |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)  | 1.998.517,98                              |   |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)  | 1.998.517,98                              |   |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

|  | VALOR         |
|--|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)                                 | 99.195.761,76 |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 2,01          |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%           | 6%            |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 95% (5,70%)  | 5,70%         |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%     | 5,40%         |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Promissão, 31/01/2017.

IOSAN NUNES

Contador TC CRC I SP253234/O-0

RICARDO BARBOSA BIGATO  
Presidente da Câmara Municipal

ALESSANDRA REJANE DE CANDIO - SECR  
Responsável pelo Controle Interno